



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



39

Discurso por ocasião de Sessão Extraordinária do Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi)

MONTEVIDÉU, URUGUAI, 20 DE AGOSTO DE 2002

*Senhor Presidente do Comitê de Representantes; Senhor Secretário-Geral;
Senhor Vice-Presidente do Brasil; Senhores Chanceleres; Senhores Embai-
xadores e Embaixadoras;*

Eu me entusiasmei escutando português e, como da outra vez em que aqui estive falei em espanhol, agora vou falar em português, que, pelo que posso ver, passou a ser língua comum neste foro. Queria salientar a alegria com que visito a Aladi. Já manifestei meu entusiasmo da outra vez em que aqui estive, porque sempre participei do espírito dos que trabalharam por uma integração latino-americana. Desde o início de minha carreira como pesquisador, mesmo antes de eu ter conhecimento maior dos problemas do continente, a questão da integração chama-me a atenção.

Se me permitem uma referência pessoal: fiz um trabalho quando houve a famosa Conferência Hemisférica, em Punta del Este, da qual participou Che Guevara. Era um trabalho preparatório solicitado pela Cepal para aquela reunião. Fiz o trabalho a pedido de um grande amigo e orientador, um grande intelectual, espanhol e latino-americano, Don

José Medina Echevarría, que trabalhou muitos anos na Cepal. Medina Echevarría era um sociólogo que tinha muito interesse em assuntos que, na época, não pareciam muito usuais. Primeiro, era de formação liberal e, segundo, tinha uma visão da importância dos empreendedores no desenvolvimento das sociedades. Havia forte influência da sociologia alemã em seu pensamento. Conhecia muito a obra de Werner Sombart, que foi um dos grandes pensadores sobre a burguesia, sobre os Unternehmer, os empresários, em alemão. Ele já havia solicitado um trabalho sobre o empresariado no Brasil e pediu-me que fizesse um estudo rápido sobre o problema da integração tal como era visto no Brasil. E, para minha surpresa, naquela época, a integração era vista pelos nossos empresários como algo muito, muito distante. Não havia a menor preocupação, a mais remota preocupação com o assunto. Era um tema intelectual e burocrático. A Cepal tinha interesse no tema, eventualmente algum diplomata e alguns intelectuais também, mas não havia, na verdade, entre os empresários, nem sequer a motivação para ir além da fronteira do Brasil – fronteira tão grande, tão distante, para que atravessá-la?

Isso foi ontem, faz muito pouco tempo. De lá para cá, avançamos muito. E a Aladi é parte desse avanço. Quero agradecer o trabalho que tem sido feito aqui, na Aladi, o trabalho do Secretário-Geral da Associação, o trabalho dos funcionários e dos Embaixadores que têm cooperado para a realização desse ideal. A idéia da integração latino-americana, como acaba de ser dito, mostra que é sempre melhor estarmos juntos do que isolados. Essa crença torna-se mais forte, paradoxalmente, quando percebemos o desafio de uma economia globalizada e vemos que nessa economia globalizada há certas condições essenciais para que possamos lograr avanços em nossos países.

Uma dessas condições é a democracia. Hoje em dia, não se cogita mais da possibilidade de integração a não ser na democracia. Antes não era assim. No passado, a idéia de democracia estava muito distante da idéia de integração. Não quero cansá-los com pequenos casos, mas uma vez Don Raúl Prebisch me pediu que fosse à América Central, quando estávamos ainda nos primórdios da formação do mercado centro-ame-

ricano e da criação do Banco de Desenvolvimento Centro-Americanano. A integração era uma discussão que me assustava um pouco, porque quase todos os Presidentes eram ditadores. E não eram só os da América Central. Havia uma onda de regimes autoritários na América Latina, e isso não parecia impedimento aos adeptos da idéia integradora. Hoje, a integração está condicionada à prioridade de certos valores, e a democracia é um deles. Mais ainda: com a globalização, não existe apenas essa espécie de correlação virtuosa entre democracia e integração, mas também a noção de que a integração é um complemento indispensável dos projetos nacionais. Não se pensava assim nos anos cinqüenta, nem mesmo nos anos sessenta. Sobretudo nos grandes países, com populações maiores, não era essa a visão. A visão era muito mais a de que nos bastávamos a nós próprios, querer dizer, os grandes países não tínhamos motivos sequer para pensar em inserção no mundo, quanto mais em integração com os nossos vizinhos.

Isso mudou completamente. Hoje, no Brasil, a idéia de integração latino-americana é preceito constitucional. Está na Constituição do Brasil – aliás, por sugestão do antigo Governador de São Paulo, Franco Montoro. Por que digo isso? Porque temos que evitar perceber esses processos com uma visão de curto prazo, cortoplacista, como se diz em espanhol. Temos que ter uma visão de mais longo prazo. A Constituição brasileira é de 1988, e eu me referia aos primeiros trabalhos dos anos sessenta, quando comecei a pensar nessas questões. A visita à América Central terá sido lá por 1966. Vinte e dois anos depois, em 1988, um país como o Brasil, do porte do Brasil, coloca a integração latino-americana como preceito em sua Constituição. Quer dizer, houve uma mudança muito rápida na concepção do processo de integração e, na verdade, também nas práticas integradoras. Isso é um patrimônio extraordinário, que precisamos preservar e levar adiante.

É claro que, no caso do Brasil, estamos realmente empenhados em aproximação e convergência crescentes com os países da Aladi, além do Mercosul.

Acabo de falar no Palácio Legislativo do Uruguai sobre o Brasil e o Uruguai no Mercosul, que para nós é realmente um patrimônio, um

projeto político-histórico. Não é simplesmente um tratado de comércio: é uma visão de como vamos conviver pelos séculos afora com os nossos vizinhos. Pois no Brasil estamos empenhados em avançar além do Mercosul. Fizemos acordos com o Chile, Bolívia, Cuba, México, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Há dois anos, os Presidentes da América do Sul reuniram-se em Brasília e, recentemente, em Guayaquil, para tomar decisões que dizem respeito à integração física entre os nossos países e também a outros temas importantes. Por exemplo, na Segunda Cúpula Sul-Americana, definimos nossa região como zona de paz. Pode parecer que seja apenas uma declaração, mas é através de declarações que vamos motivando e criando sociabilidade e valores, fazendo com que as condutas se orientem por esses valores. Atribuo muita importância às mudanças ocorridas em nossa região, que crescentemente nos foram levando a essa compreensão de que é preciso, primeiro, uma integração econômico-comercial, mas que a integração deve ir muito além. Estamos visando projetos de articulação regional em energia, transportes e telecomunicações.

Acabamos de fazer um acordo de complementação econômica entre o Brasil e o México. A vitalidade do comércio entre o Brasil e o México é visível. Há algum tempo, isso era quase impensável. Levamos dois anos discutindo o acordo com o México. Por quê? Porque havia oposição de um pequeno setor da economia, que não via a importância da iniciativa. Uma vez feito o acordo, todos passam a ver sua imensa importância. Acabamos de firmar um acordo-quadro entre o Mercosul e o México. O Brasil está realmente muito empenhado em aprofundar os valores da integração mediante esses instrumentos. Vamos também avançar mais na relação entre a Comunidade Andina e o Mercosul.

Quando temos turbulências financeiras como agora, a Aladi é o porto seguro. A Aladi é o nosso porto seguro. O avanço que temos feito em várias áreas, nas relações bilaterais, nos acordos da América do Sul, nos acordos com o México, nada disso prescinde da existência desse porto seguro, da existência de um guarda-chuva, que nos permita, tantas vezes, avançar, e bastante. Podemos avançar mais. O Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos é importante e merece muita atenção,

porque pode nos ajudar a avançar ainda mais, sobretudo nestes momentos.

Vocês não podem imaginar a aflição que causou a situação difícil pela qual passou recentemente a Argentina e passa, na verdade, toda a região, na questão do comércio, na interrupção dos fluxos de comércio. Se não dispusermos de mecanismos que permitam facilitar entre nós próprios a recuperação mais rápida desses fluxos de comércio, as consequências podem ser muito negativas. O que aconteceu com o comércio no Mercosul foi extraordinário. Em pouquíssimos anos, passamos de três a quase vinte bilhões de dólares de comércio. A retração da Argentina teve o efeito oposto, naturalmente. Apesar disso tudo, continuamos a comerciar, e, neste ano, o Brasil vai ter um déficit com a Argentina – estarei feliz se for de dois bilhões de dólares, pois pode chegar a três –, porque continuamos importando da Argentina e a Argentina não tem tido condições de importar do Brasil. Houve, portanto, um desequilíbrio. Com o mecanismo de reciprocidade de créditos, pode-se reduzir o efeito negativo desse processo. As interrupções momentâneas do fluxo financeiro não podem acarretar a paralisação do fluxo de comércio.

O fato é que estamos cada vez mais conscientes de tudo isso. Agora que o Brasil ocupa transitoriamente, como é o nosso sistema, a Presidência pro tempore do Mercosul, vamos tentar avançar mais em todos esses processos, até mesmo no de institucionalização crescente do Mercosul. E é preciso avançar muito em uma relação mais estável entre o Mercosul e a Comunidade Andina. Tenho uma visão desse processo, eu diria, caleidoscópica. Há formas muito diferenciadas de integração, da bilateral à sub-regional e regional. O que importa é que vamos criando teias crescentes de relacionamento entre nossos países. E atribuo imensa importância ao que mencionei há pouco, à integração física, porque, quando se faz uma linha de transmissão de energia ou um gasoduto, ou quando se estabelecem regras comuns de telecomunicações, isso fica para sempre, pois é físico, é estrutura. E sem que se perceba muito claramente, é o que está acontecendo na nossa região.

Mencionei também, há pouco, e menciono sempre, o fato de que o Brasil mudou sua matriz energética e deixou de pensar, embora pudesse-

se fazê-lo, que deveria buscar a auto-suficiência energética, no lugar de se integrar na região, para “ficar dependente” da importação de gás, de petróleo. Isso foi uma discussão imensa no Brasil, porque a visão inicial não era essa. A visão inicial era bastarmo-nos a nós próprios. Por que buscar no vizinho, se podemos, com nosso esforço, fazê-lo aqui? Hoje não é mais assim. Hoje trazemos para o Brasil energia da Argentina, do Paraguai, da Venezuela. Gás também: gás da Bolívia, gás da Argentina, gás que atravessa o Uruguai. Estamos realmente nos estruturando na região, de modo irreversível. Queiramos ou não, vamos conviver, porque somos obrigados a conviver. Se não fossemos, como somos, bons vizinhos, e se não fosse pelo amor que temos uns aos outros, seria pelo interesse. E é melhor juntar o interesse com o amor. Tendo que fazer a opção, melhor o amor. Mas, enfim, se pudermos juntar o interesse com o amor, por que não?

É o que estamos tratando de fazer: vincular nossos interesses a uma visão comum, uma visão que compartilha do sentimento de que juntos somos mais poderosos do que separados e de que juntos encaminhamos melhor nossos interesses. Isso não se faz em contraposição a outros blocos. Em pouco tempo mais, vou co-presidir o processo de negociação da Alca – acho que os brasileiros ainda não sabem disso, e ainda bem que é por dois meses, de novembro até o fim do ano. É uma tarefa difícil, mas necessária. Não podemos pensar em nossa integração para nos isolarmos. Pensamos na integração para termos força para uma inserção mundial mais favorável.

Essa inserção mundial não pode esquecer o Nafta, não pode esquecer os Estados Unidos, não pode esquecer aquele país que é a locomotiva da economia capitalista contemporânea. E, por ser a locomotiva, tem velocidade que às vezes deixa os outros para trás. E não queremos nem ficar para trás, nem ficar agarrados só na cauda. Queremos tentar ficar ali junto de quem pilota. Não é fácil, mas, se estivermos juntos, quem sabe tenhamos mais possibilidades nas negociações, que vamos assumir, no caso do Brasil, com responsabilidade, com espírito construtivo. Quem sabe possamos alcançar uma Alca mais equilibrada e mais capaz de ser equânime em seus benefícios, de modo que se possa realmente

avançar. Se não for assim, para que a Alca? Ela passa a ser irrelevante, ou então, ela perde sua razão de ser. Quando se discute a Alca, algumas pessoas do meu país dizem "Ah! Vai-se discutir soberania." Soberania não se discute: se exerce. Ninguém vai discutir perda de soberania, ninguém pode pensar nisso.

No entanto, para exercer uma inserção soberana – e é disso que se trata, o que até certo ponto é uma contradição, mas é inevitável que seja assim –, temos que ter não só força, mas também a capacidade de saber quais são nossos interesses, a capacidade negociadora e a capacidade e firmeza para dizer "não" quando não nos interessar. É talvez o mais difícil, dizer "não" quando algo não nos interessar. Isso não diz respeito apenas à questão da Alca. Diz respeito também à União Européia. Comércio é duro em toda parte. Hoje em dia, é difícil até entre nós. A cada instante, temos problemas difíceis de serem resolvidos, entre países que, de alguma maneira, têm maior complementariedade. E no caso do Brasil, a dificuldade se torna maior ainda, porque somos cada vez mais competitivos. A integração com os grandes blocos para nós é sempre difícil, porque somos competitivos, não só na agricultura, mas também na indústria. Os problemas são imensos, e há que se pensar em enfrentá-los com muita capacidade decisória e muita competência, para saber o que realmente nos interessa e o que não nos interessa.

Na parte agrícola, a dificuldade que temos – e não é só do Brasil, é de todo o Cone Sul – é que somos altamente competitivos. Basta dizer que a produção agrícola brasileira, que atingiu cem milhões de toneladas de grãos este ano, partiu, no início dos anos noventa, de 56 milhões; quer dizer, quase dobramos a nossa produção agrícola. Esta região do Mercosul, em matéria de agricultura e de pecuária, em matéria de frangos e de suínos, tem uma competitividade enorme. E isso, que poderia parecer uma condição favorável, na verdade dificulta, porque os outros têm medo. Não nos abrem nem os terceiros mercados. Subsidiam seus produtos para terceiros mercados. Vamos ter que enfrentar essas questões com muita determinação.

No caso de produtos industrializados, é extremamente difícil. No Brasil, mais da metade da pauta de exportações hoje, sessenta por cen-

to, é de produtos manufaturados, desde aviões, computadores, tornos mecânicos, enfim, uma gama muito variada de produtos. Temos competitividade nesses produtos também.

É claro que avançaremos mais se conseguirmos avançar em nossa região. O que aconteceu aqui, com o Tratado de Montevidéu, foi um marco efetivo, e há mais de quarenta anos vem se desenvolvendo. Ensino-nos muito, até que pudéssemos ter hoje maior capacidade negociadora. As decisões do último Conselho de Ministros da Aladi, no sentido de pôr em marcha o processo de livre-comércio na região, têm de ser implementadas. É preciso que avancemos mais e mais nessa direção. Nós, no Brasil, temos muita expectativa de que a próxima reunião do Conselho de Ministros avance nessa direção para liberalizar mais o comércio interno na Aladi. Podemos conseguir isso e fixar para tanto um prazo, digamos, de quatro anos: avançar e marcar nossa capacidade de realizar o que é uma tarefa histórica nossa.

É claro que temos também que reconhecer que temos, aqui, países com graus de desenvolvimento diferentes. Alguns têm desenvolvimento relativo menor, e não podemos imaginar que um processo integrador desses se faça às expensas dos países de menor capacidade de produção. Temos que ter não apenas uma visão generosa, mas uma visão que realmente atenda aos interesses recíprocos. Acredito que todo o Brasil está disposto, por exemplo, a conceder uma margem de preferência de 100% aos países de menor desenvolvimento relativo, à Bolívia, Equador e Paraguai. É boa praxe: como queremos avançar na direção da integração, estamos dispostos a dar uma vantagem maior aos países de menor desenvolvimento relativo.

Estamos dispostos a fazer o que não estão dispostos a fazer conosco na União Européia, nem na discussão da integração da Alca. E é preciso que os países mais desenvolvidos do continente assumam, também, uma atitude de vanguarda nessa matéria. Cancelamos as dívidas que vários países centro-americanos e países africanos tinham com o Brasil. Não eram dívidas pequenas. No caso de Moçambique, eram 450 milhões de dólares. Cancelamos a dívida. Ora, por que não cancelar, se na verdade elas são impagáveis? Seria simplesmente ficar anotando na es-

crituração dos dois lados, diminuindo a capacidade de endividamento do país devedor, sem nenhum benefício para o país credor. Nós cancelamos. Precisamos encarar realmente a questão da integração com esse espírito. Quisera eu que, em escala global, todos os países fizessem aquilo que estamos dispostos a fazer. Na medida em que formos dando o exemplo entre nós, de que estamos avançando, nos acordos dentro da Aladi, nos acordos entre os blocos regionais, fazendo acordos inter-latino-americanos, incluindo o México e a América Central, vamos ganhando força para cobrar aquilo que temos que cobrar dos países da Europa e dos Estados Unidos. Não dá para continuar com os subsídios agrícolas que estão sendo praticados hoje, com sobretaxas industriais, os famosos picos tarifários, escaladas tarifárias que são medidas discriminatórias que estrangulam o comércio e que realmente dão privilégios crescentes aos países mais ricos. Temos que avançar mais, juntamente com os outros, a partir da nossa própria ação – e eu assumo que o Brasil tem responsabilidade nisso pelo seu maior desenvolvimento relativo na região – para cobrar com mais energia esses temas no nível internacional, porque senão a idéia do livre-comércio se torna apenas uma promessa.

E precisamos olhar o que aconteceu na história. Quem propunha o livre-comércio não éramos nós. Ao contrário, nós, o tempo todo, estávamos tratando de nos proteger, porque o livre-comércio era contra os nossos interesses de crescimento. Agora a situação se inverteu, mas não contra os outros, porque estávamos propondo o livre-comércio a países que têm condições de competir. Estamos propondo uma coisa modesta: igualdade na competição. No passado, os livre-cambistas queriam realmente abrir mercados em países que não tinham como competir com eles. Eramos simplesmente vítimas, presas, seria melhor dito, dos países que queriam o livre-comércio. Agora se inverteu, o livre-comércio é proposto por nós, mas de outra maneira. Não é livre-comércio para fazer o que eles fizeram conosco – eles queriam nos explorar. É livre-comércio para garantir igualdade de competição. Teremos autoridade intelectual e moral se fizermos entre nós o que tem que ser feito,

para que possamos, realmente, cobrar desses países mais desenvolvidos o acesso aos mercados.

Todos estamos vendo mais um momento em que a nossa região vive uma turbulência cujo epicentro, embora possa parecer que está aqui, na realidade não está. Sou o Presidente do Brasil há quase oito anos. É muito tempo. Já é o suficiente para, mesmo uma pessoa de dotes médios como eu, aprender. Aprendi alguma coisa. E, nesses oito anos, é a quinta crise internacional que nos afeta. É difícil crescer com tanta crise. Essas turbulências, nesses anos todos, são basicamente derivadas de questões financeiras, e não da recessão. Não é uma crise clássica, como depois de 1929 ou como outras crises que ocorreram. É um novo tipo de crise, basicamente provocada por turbulências financeiras. Elas, aparentemente, estão aí para ficar; quer dizer, a mudança que houve no sistema de produção e no sistema capitalista internacional é uma mudança que ainda não está bem analisada, bem compreendida.

Sem dúvida alguma, a partir da globalização do sistema financeiro e do sistema de informações e, portanto, da interação entre os dois, a informação transmite rapidamente qualquer desarranjo no sistema financeiro. Isso cria uma instabilidade contínua, e é o que estamos vivendo. Às vezes, tem-se a impressão de que a instabilidade existe porque se errou aqui ou acolá, porque não se fez o que tinha que ser feito na economia, o “dever de casa”, como se diz. Mas não é isso. É porque realmente essas turbulências afetam muito. E afetam especialmente os países que estão numa situação intermediária, porque os países mais pobres, por serem pobres, não sofrem tanto os efeitos de uma mudança financeira rápida. Os países de porte intermediário são os que mais sofrem nesse momento, porque eles não têm a mesma capacidade de reação dos ricos e não têm as defesas – que é melhor não tê-las mesmo – dos que não estão dentro do fluxo financeiro.

Estamos dentro do fluxo financeiro e estamos na chuva, nos estamos molhando e não temos guarda-chuva – salvo o da Aladi, que é um bom guarda-chuva. Mas a verdade é que estamos atravessando momentos em que se requer um pensamento novo para enfrentar essa questão. Avançaremos em conjunto, aqui na Aladi, na medida em que incorpo-

remos essas dimensões, não só a do comércio, mas a dimensão relativa à questão do financiamento e às dificuldades que o financiamento tem trazido para nossa região.

Há muito poucas idéias novas sobre esse novo mundo. O mundo em que vivemos até ontem era o mundo concebido no pós-Segunda Guerra Mundial. Esse mundo acabou. O espírito de São Francisco era realmente de solidariedade, de paz. O Plano Marshall e as grandes instituições que se formavam eram para levar o progresso para todos. Embora as propostas de Keynes não tenham sido vencedoras, porque o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos não as aceitou, algo das idéias de Keynes acabou vingando. O Banco Mundial foi concebido para criar desenvolvimento; o Fundo Monetário, para evitar crises passageiras do sistema financeiro. Mas não se concretizou aquilo que era a concepção de Keynes, um banco central dos bancos centrais, um instrumento capaz de prover liquidez a países com moedas distintas, nem todas elas fortes.

De lá para cá, permaneceu a mesma concepção. A diferença é que, naquela época, não havia globalização financeira, nem existia maior intercomunicação entre as moedas e entre os fluxos financeiros. O Banco Central de cada país respondia às questões de cada país, e o Fundo Monetário resolvia as questões de falta de liquidez derivadas de crises de comércio: recessão, crise de comércio, crise de pagamento internacional. Evitava-se a insolvência de um país para com o outro. De lá para cá a dinâmica do sistema capitalista tornou-se muito mais rápida e dramática.

A única idéia – e há muito estou longe de poder ler todo dia sobre matérias técnicas –, a única idéia que vi recentemente para fazer frente a isso foi a de um conhecido financista internacional, George Soros. É curioso que tenha vindo dele. O que ele propôs? Não a criação de um banco central dos bancos centrais, mas que os Bancos Centrais do G7 se transformassem em emprestadores de última instância, em garantes da liquidez dos países em desenvolvimento. No momento em que os Bancos Centrais do G7 dessem liquidez aos títulos da Argentina, do Brasil, do Chile, do Uruguai, acabaria a crise financeira, a crise de confiança finan-

ceira. Não tenho condições de avaliar até que ponto isso é ou não factível, mas o fato é que as idéias começam a ser embrionariamente colocadas.

Outra idéia que foi lançada embrionariamente é a taxa Tobin, que foi lançada com outra visão. É uma pequena taxa sobre os fluxos de capital, que reduziria a volatilidade do sistema. A essa idéia se agregou algo: quem sabe o Banco Mundial pudesse usar parte desse dinheiro para criar condições de desenvolvimento nos países atrasados. Alguma coisa dessa natureza vai ter que ser criada no mundo.

Nós, brasileiros, insistimos muito, no tempo do Presidente Clinton – e eu mesmo conversei com ele sobre essa matéria –, sobre a necessidade de avançar no pensamento de uma nova arquitetura financeira internacional – expressão que estava na moda há uns cinco anos –, de que se começasse a conceber um embrião desse pensamento. Foi criado um grupo chamado G20, que reúne os Ministros da Fazenda e Presidentes do Banco Central de vinte países, entre os quais alguns dos nossos, para lançar idéias para resolver essas questões. O G20 propôs algumas idéias – algumas foram até aceitas – mas são mais idéias no sentido da transparência do processo financeiro internacional, alguns aperfeiçoamentos que podem contribuir para evitar que, sem que se saiba, sem que se tenha informação anterior, um país entre em crise de repente, como nas surpresas causadas pela crise da Ásia.

Hoje, no entanto, isso é insuficiente, e as surpresas já não são criadas apenas pelas crises dos países em desenvolvimento. Quem imaginava as crises que agora estão ocorrendo por falta de transparência nas grandes corporações americanas? Está faltando uma regulação disso também.

Na verdade, todas as instituições internacionais ficaram pequenas em face do desafio com que nos defrontamos no mundo de hoje. Não dispomos de instituições capazes de atuar com antecipação, ou seja, que tenham a previsão suficiente para evitar que, subitamente, uma turbulência possa ocorrer. E isso é grave. Ainda temos hospitais. O Fundo Monetário é um hospital e, em certas circunstâncias, é útil. No nosso caso, foi muito útil, como em 1999. Em outros casos, não atuou com a rapidez necessária, nem foi capaz de entender a situação local. Mas, no caso brasileiro, atuou sim, porém quando a crise já existia.

Ainda não existe, como ocorre com os bancos no funcionamento normal dos países, um banco central que possa fechar um banco, para evitar que esse banco produza um efeito sistêmico. Isso não existe no mundo. As instituições internacionais tornaram-se pequenas, não têm a agilidade nem a capacidade técnica para fazer frente aos fluxos de investimento, de comércio, de financiamento do mundo contemporâneo.

Perdoem-me por haver avançado em temas que quiçá não estejam diretamente vinculados à Aladi. Creio, porém, que caminhamos nesse sentido. E, quando digo que vamos nesse sentido, não quero dizer que amanhã haverá uma solução. Quero dizer que, nas próximas décadas, ou o mundo e as instituições se organizam de uma maneira mais consequente com a contemporaneidade da produção tecnológica e dos fluxos de financiamento, e das trocas internacionais, que são muito rápidos, ou vão sempre continuar as turbulências e crises das quais não saberemos como escapar.

Em que pese não ser esse o mandato da Aladi, há aqui aspectos também relevantes para esses problemas. A Aladi é um instrumental básico para que possamos apreender o que ocorre em nossa região, para que possamos nos preparar para o amanhã, quando nossos países já estejam mais unidos, quando possamos ter mais peso no mundo - e um dia chegará em que teremos mais peso no mundo; para que possamos lidar melhor com essas idéias que abrangem algo muito mais amplo, como a organização de uma arquitetura internacional. Vocês são parte importante da construção desse projeto, a partir do qual estamos fazendo com que nasçam países mais irmãos, mais competentes para tratar de seus problemas locais e internacionais e mais capazes de produzir políticas que realmente possam atender às necessidades de nossos povos.

Perdoem-me por haver falado talvez demais e por haver escapulado um tanto do tema que me foi proposto no início. Porém, cada vez que venho aqui, na Aladi, sinto o entusiasmo que vocês me transmitem, e então – não sei se conhecem o candomblé, que é um culto africano no Brasil – “bai-xou o santo”, como se diz, ou seja, um espírito alheio baixa e você fala.

Eu não falei nada: vocês falaram.

Muito obrigado.